

EDUCAÇÃO E ÉTICA EM PAULO FREIRE

Ícaro Souza Farias¹
Alexandre Alves da Silva²

Resumo: Este artigo pretende refletir sobre a educação, no interior de uma sociedade que se caracteriza pelo silenciamento da crítica que circunscreve os homens no fatalismo histórico e no anonimato político. Tal postura, na prática, priva os indivíduos do comprometimento com o pensamento autêntico e criativo. É nesse contexto que se insere o estudo sobre a educação crítica em Paulo Freire como forma de resistência. Tal prática não perdeu a sua atualidade com o passar do tempo e tem como pretensão despertar nos indivíduos o desejo de resistência contra ideologias que os faz subservientes não só materialmente, mas, sobretudo, deixá-los na impessoalidade política e na inautenticidade de pensamento. Nesse sentido, a superação do senso acrítico é o exercício para consolidação de indivíduos capazes de transformar o conhecimento em ação transformadora. É precisamente na crítica que não se conforma com as contradições materiais da realidade que o indivíduo se responsabiliza por si e pelo outros, retirando-se do mutismo político.

Palavras-chaves: Educação. Crítica. Resistência. Autenticidade.

INTRODUÇÃO

Qual é a tarefa da educação? Tal questionamento se releva como uma grande problemática no mundo contemporâneo. A educação é, por excelência, um instrumento que promove a humanização da pessoa humana. Contudo, a educação também é exercida no sentido de legitimar e reproduzir as ideologias dominantes que aparelham os currículos e as matérias escolares com o intuito de adestrar os indivíduos para o anonimato político, decorrente de um processo de mascaramento da realidade, visível no paradoxo existente entre uma educação ideal e salvacionista – prometida nas campanhas políticas e uma realidade educacional que se mostra muitas vezes desprovida de materiais básicos para sua manutenção. O resultado de tal processo educacional também é visível, de modo conseqüente, nos altos índices de analfabetismo. Essa educação, muito distante da idealizada, promete uma relação

¹Graduando em filosofia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: ikrofarias@hotmail.com.

²Graduando em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: alexandre_alves@gmail.com.

democrática, mas os seus resultados mais imediatos é a reprodução da ideologia do Estado dominante, com o objetivo de manter a divisão e exploração entre as classes sociais.

Esse artigo pretende refletir sobre a possibilidade de uma educação que resista aos poderes dominantes, tendo como referencial teórico o pensador brasileiro Paulo Freire (1921-1997) que em seu comprometimento com a decência e a dignidade humana propõe como ação o exercício da crítica. Tal exercício não perdeu a sua atualidade com o passar do tempo e tem como meta despertar nos indivíduos o desejo de resistência contra ideologias que os subjugam não só materialmente, mas, sobretudo, deixam-os no anonimato político e na inautenticidade de pensamento. Nesse sentido, a superação do senso acrítico é a prática para consolidação de indivíduos capazes de transformar o conhecimento em ação transformadora. É precisamente na crítica que não se conforma com as contradições materiais da realidade que o indivíduo se responsabiliza por si e pelo outros, retirando-se do mutismo político.

Com efeito, pretendemos refletir sobre a educação a partir da autenticidade crítica e como os indivíduos exercitam sua insatisfação e resistência no interior da realidade. Posteriormente, problematizaremos sobre a passagem da criticidade ao dever ético e, por fim, discutiremos como o despertar e o exercício da crítica para um comprometimento político nos permite almejar a possibilidade de uma educação de resistência, no âmago das contradições e crises que caracterizam nosso tempo histórico.

Crítica da educação e decadência política

Repensar a educação numa época que se caracteriza pelo estrangulamento do indivíduo, decorrente de um processo de massificação, com o intuito de seduzi-lo e ganhá-lo para as ideologias dominantes que privilegia o consumo em detrimento do homem, é uma tarefa urgente. A educação contemporânea está constituída em ideais reacionários que pretendem instrumentalizar os indivíduos preparando-os para o oportunismo profissional que se pauta num individualismo acentuado, desconsiderando a responsabilidade com a decência, com o compromisso ético consigo mesmo e com o mundo. Daí se segue que uma educação subjugada aos valores dos poderes dominantes culmina na uniformização dos indivíduos, circunscrevendo-os a uma ótica tacanha e rasteira perante a realidade. É precisamente

esta massificação que anula a autenticidade dos homens e os fazem refém da quietude e do acomodamento político, do medo e do fatalismo. Nesse contexto justifica-se a manutenção do senso acrítico enquanto condição necessária para o emudecimento das consciências e as condiciona a meras imitadoras de uma imagem de existência, previamente ditada pelos anseios da elite, que se impõe como uma violência camuflada.

Segundo Freire (1978), a educação que se submete às prescrições da ideologia dominante faz dos indivíduos seres estreitos, passivos e ingênuos que em nada acreditam além das informações veiculadas pelo rádio, televisão ou jornais. Daí a deficiência da criticidade e, sobretudo, do agir que se compromete com a política e com a transformação social. É esta degeneração da possibilidade crítica que resulta numa interpretação simplista do desenvolvimento político atual que, falaciosamente, se autodenomina democrático. Quanto mais à educação pretende pura e simplesmente preparar os indivíduos para a concorrência profissional, mais se forma uma sociedade de homens dóceis e reféns da quietude. Ao limitar a expansão da criticidade, a educação constrói limites que negam aos indivíduos a sua humanização, fabricando indivíduos homogêneos e passivos, garantindo a manutenção do *status quo*. Ora, uma educação que impulsiona a busca e a manutenção do *status quo* representa tão somente um “verbalismo vazio” que escamoteia as verdadeiras faces das ideologias dominantes e retira dos indivíduos o dever de intervir na realidade, através da participação ativa e consciente.

A indiferença política, mesclada ao individualismo, culmina na fragmentação das relações humanas que caracterizam nosso tempo histórico. É neste panorama existencial que o homem se encontra subjugado ao mutismo político que resulta num processo de adequação, conformismo e subserviência. É nesta condição de anonimato que os homens vivem superpostos ao seu contexto histórico, ao invés de integrado a ele. Daí advém à massificação dos indivíduos que, indiferentes às ideologias que se apropriam de suas consciências, tornam-se refratário delas. É, portanto, através da adaptação que os homens são privados da ação transformadora e não se reconhecem como seres que constroem a história, pois estão imersos na realidade e adaptados de tal modo que é impossível admirar para, em seguida, refletir.

Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolivelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não transpor os limites que lhe

são imposto pelo próprio mundo, do que resulta que este ser não é capaz de compromisso. É um ser imerso no mundo, no seu estar, adaptado a ele e sem ter dele consciência. Sua imersão na realidade, da qual não pode sair, nem “distanciar-se” para admirá-la e, assim, transformá-la, faz dele um ser fora do tempo ou sob o tempo ou, ainda, num tempo que não é seu [...] (FREIRE, 2010, p. 16, grifos do autor).

O processo de domesticação é adotado pelos poderes dominantes com o intuito de fazer indivíduos dóceis que cada vez mais “ [...] vêm sendo expulsos da órbita das decisões” (FREIRE, 1978, p. 53). E, na medida em que os homens se rebaixam a meros espectadores do seu tempo mais eles se tornam imóveis, pois as tarefas de sua história não são assumidas por eles, “[...] mas a eles apresentadas por uma elite que as interpreta e lhes entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida” (FREIRE, 1978, p. 65). Assim, a possibilidade crítica, aquela capaz de transformar o conhecimento em ação transformadora se extingue, uma vez que o indivíduo está permanentemente atento a realidade que o cerca ele opta por ceder “[...] ao mandato de autoridades anônimas e adota um eu que não lhe pertence” (FREIRE, 1978, p. 74). É precisamente nessa inautenticidade de pensamento que as consciências são esmagadas pela descrença na possibilidade de mudança, caindo num fatalismo e condenadas à castração do pensamento livre.

Educação, conscientização e mudança

Na reflexão pedagógico-filosófica de Paulo Freire a educação se apresenta como uma ação e uma tarefa por excelência transformadora que se afirma pelo engajamento político. É no ato de engajar-se no processo de construção de sua historicidade que o indivíduo se conscientiza de seu papel transformador e assume tal papel como dever. Importa notar que a crítica realizada por Freire tem como foco as diversas formas através das quais o homem se constrói na história. Partindo dessa concepção, a educação transformadora que singulariza o indivíduo em seu pensar crítico perante a realidade, é uma educação da inadaptação e da inquietude, por que “[...] quanto mais o homem é rebelde e indócil, tanto mais é criador” (FREIRE, 2010, p. 32). Esta mudança de uma consciência fatalista para uma consciência crítica que se sabe transformadora do mundo é o que caracteriza em Freire a conscientização.

No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram sua percepção muda, embora isto não signifique ainda a mudança de estrutura. Mas a mudança da percepção da realidade, que antes era vista como algo imutável, significa para os indivíduos vê-la como realmente é: uma realidade histórica cultural, humana, criada pelos homens e que pode ser transformada por eles [...]. (FREIRE, 2010, p. 50).

Esta tomada de decisão é um ato de inadaptação. É necessário ratificá-la no interior das contradições sociais. Esta ação de revolta, para Freire, é o que implica numa inserção crítica no seu tempo à medida que o indivíduo não está nele adaptado, mas nele intervindo. Implica na não adesão às visões fatalistas e no reconhecimento de sua responsabilidade ética. É esta inadaptação que caracteriza o *ser mais* para Freire. Em outras palavras, conscientização é um constante manter-se franco e perene no processo de indagação, de inquietude e de revolta, caso contrário, o fatalismo adentra a visão de mundo e interrompe o processo de conscientização.

Que uma realidade for vista como algo imutável, superior as forças de resistência dos indivíduos que assim a veem, a tendência destes será adotar uma postura fatalista e sem esperança. Ainda mais e por isso mesmo, sua tendência é procurar fora da própria realidade à explicação para sua impossibilidade de atuar (FREIRE, 2010, p. 58).

É fundamental precisar que a inadaptação, em Freire, é identificada como engajamento, crítica e compromisso social. O que isto quer dizer? O ser que não se adapta é um ser que se compreende inconcluso e, justamente por causa da incompletude de seu eu, não entende a realidade como algo dado e acabado. Existindo na adaptação – existência conformista – o indivíduo se adequa a todos os fatos da história; não se opõe, não transgride, não questiona, não cria. Vivendo na adequação os homens permanecem impossibilitados de exercerem o pensamento autêntico e crítico vivendo de forma inexpressiva e amorfa.

Diante desta condição de negação de si mesmo, Paulo freire entende que uma educação não pode tornar-se emancipatória se não se compromete com a inserção crítica na realidade. Freire, portanto, compreende que uma prática pedagógica libertadora implica na construção de seres “[...] éticos, capazes de optar, de decidir, de romper” (FREIRE, 2000, p. 90). Neste sentido a prática “educativo-libertadora” consiste num esforço consciente e progressivo que o educando se torne capaz de perceber-se a si mesmo como agente transformador da história e não objeto dela. Nesse

sentido a educação em freire é uma ação dialética, ou seja, implica numa percepção crítica e, ao mesmo tempo, desfaz o pensamento ingênuo, “[...] ideologizado nas estruturas da dominação” (FREIRE, 2010, p. 118). Desta forma, a consciência ativa é aquela que pensa e reflete sobre si mesma e, aos poucos, abandona a condição tradicional de refratário vazio a espera de ser preenchido. Essa compreensão de consciência tem um percurso que vai da desconstrução da percepção ingênua da história e conduz o indivíduo ao engajamento social.

Paulo Freire (2010) distingue a educação como ação libertadora da educação como prática opressora, desumanizante. A segunda diz respeito a um exercício educativo que preconiza um simples ato de transferência de saber, enquanto a primeira se afirma como caráter indagador, refutador do pensamento, capaz de desvelar o insuspeito. Daí se afirma o processo de conscientização. A tarefa é, então, estabelecer uma coerência entre consciência e ação transformadora: consciência aqui significa que a apreensão da história não se dá como algo determinado, mas como devir, como algo que está em transformação. Assim a condição humana é compreendida como uma problemática e não como algo inexorável.

É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos nem formar é a ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro [...] (FREIRE, 2002, p. 25).

Para Freire a educação não deve ser uma prática que *forma* o educando, porque a idéia de formação pressupõe uma ação que visa modelar o aluno a partir de prescrições estabelecidas por quem pretende *formar*. A relação não deve ser assimétrica. Se o educador pretende condicionar o discente a pensar tal como ele pensa, não está sendo ocasião, no sentido kierkegaardiano do termo, pois “[...] então não está dando, mas tomando, então não é amigo do outro e muito mesmo seu mestre”³ (KIERKEGAARD, 1995, p. 29). Educar, portanto, não implica em uma ação que condiciona a consciência dos indivíduos, mas que as provoca. A tarefa é então problematizar o conhecimento de modo que ambos – educando e educador – na

³ O mestre é a ocasião, isto é, ele é apenas o ensejo no qual o discípulo se percebe capaz de questionar e exercer o seu próprio exercício perquiridor, “[...] pois deve ser bastante socrático para entender que não é capaz de dar o essencial ao aprendiz” (KIERKEGAARD, 1995, p. 38). Em outras palavras, a ocasião proporciona ao aluno construir sua singularidade em primeira pessoa. Assim o mestre não é a verdade, mas tão somente uma possibilidade para conhecer

condição que o unes, enquanto seres históricos desenvolvam suas próprias interpretações e, sobretudo sua inserção crítica no mundo. É por isso que a educação “[...] jamais pode em casa ou na escola, em nome da ordem e da disciplina, castrar a altivez do educando” (FREIRE, 2000, p. 33).

Consciência: inserção crítica e resistência

Em Freire a relação que se constrói entre homem e história não devem ser dicotômicas, mas dialética. O pedagogo brasileiro compreende que, ao interpretar a consciência e a realidade como coisas passíveis de dissociação, também se estabelecem uma distância entre teoria e prática. É necessário, portanto, uma unidade dialética entre indivíduo e objeto, entre pensamento e mundo. Em outras palavras, “[...] separada da prática, a teoria é puro verbalismo inoperante; desvinculada da teoria, a prática é ativismo cego” (FREIRE, 2010, p. 158). Isso significa que, quanto mais os indivíduos se furtam do dever de investigar a realidade, tanto mais eles se privam da possibilidade de compreender e de transformar o seu próprio eu. Daí que, é necessário suplantar a compreensão de uma realidade histórica fatalista, uma vez que tal percepção é uma forma de escamotear as estruturas desumanizantes e alimentar as ilusões que legitimam a perpetuação da opressão sobre os homens.

A conscientização é, então, um compromisso histórico que implica, necessariamente, a busca da utopia. “É inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que refazem e fazem o mundo” (FREIRE, 1980, p. 26). Em freire utopia não significa idealismo, devaneio ou o irrealizável. Ser utópico exige conhecimento crítico. A consciência é, portanto um ato de suplantação, isto é, à medida que o indivíduo supera a apreensão imediata – compreensão previamente determinada da realidade tanto mais ele se conscientiza. Nesse sentido, a crítica é o exercício capaz de anunciar e denunciar as contradições e as forças ideológicas que subtem os sujeitos à negação de seu próprio eu. Portanto, a responsabilidade de pensar um mundo menos feio e mais humanizado não significa alimentar uma percepção ingênua da realidade, mas sim conhecer os poderes que se apropriam da história e que ludibriam os indivíduos. Esta posição deve ser perene e transformar-se em tarefa. “Não é de ontem, nem de hoje, nem de amanhã, mas uma tarefa permanente de transformação” (FREIRE, 1980, p. 29).

A consciência é neste sentido um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se penetra na essência fenomênica do objeto,

frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (FREIRE, 1980, p. 26, grifos do autor).

Para Freire a compreensão da história como uma realidade impenetrável é o que caracteriza as situações-limites. As situações-limites representam um conjunto de forças ideológicas que estrangulam a autenticidade crítica e transformadora dos indivíduos a fim de adestrá-los. Nessa situação os homens são incapazes de ultrapassar a esfera espontânea de análise da realidade. É esta condição que circunscreve os indivíduos a uma percepção fatalista do mundo. Resulta daí, que esses sujeitos possuem pensamentos inautênticos; incapazes de se perceberem como autores da história. É necessário que cada um assuma o dever de exercer a crítica e a resistência que subverta as estruturas opressoras. O aparente paradoxo, como foi indicado no início, não é insolúvel e pode ser resolvido, mediante a decisão crítica, histórica e concreta de cada indivíduo: o indivíduo opta em ser apenas mais um ser adaptável a todas as regras e viver refém do subterfúgio ou supera o fatalismo e a inautenticidade e se insere, criticamente, na realidade com o intuito de mudá-la.

A consciência não é somente um ato crítico. Supõe, por sua vez, a suplantação da realidade mistificada e, sobretudo, a realização da resistência. Resistir é, portanto a ação que repele as forças dominantes. Esse repúdio é o que caracteriza “[...] a autêntica união da ação e da reflexão” (FREIRE 1980, p. 92). Tal tarefa subversiva implica em apresentar a ação libertadora como finalidade. Tornar-se consciente é uma tarefa exige compromisso ético. O indivíduo que vive a mercê dos mandamentos dos poderes estabelecidos não se compromete com essa responsabilidade sobre o mundo, o outro e ele mesmo. Somente o sujeito que assume o seu dever de repensar suas práticas é capaz de transformá-las. A transformação, portanto, não é irrealizável, mas para realizá-la não basta apenas a criticidade, é preciso o engajamento e a responsabilidade com o coletivo.

Porque os homens são seres históricos incompletos, e têm consciência de sê-lo, a revolução é uma dimensão humana tão natural e permanente como a educação. Somente uma mentalidade mecanicista acredita que a educação pode cessar a certo nível ou que a revolução pode deter-se quando obteve o poder. Para ser autêntica, uma revolução deve ser um acontecimento contínuo, ou então

cessará de ser revolução e se converterá numa burocracia esclerosada (FREIRE, 1980, p. 94).

Existe, contudo outra forma de consciência que Freire denomina de semiintransitiva. Tal consciência é o que representa as estruturas fechadas. Essa concepção é o que reduz o pensamento e o condiciona às prescrições estabelecidas pelas forças dominantes. A principal característica desta forma de percepção – tão domesticada – é o seu hábito de adaptar-se à realidade que lhe é imposta. A mente “[...] dominada não se distancia suficientemente da realidade para objetivá-la, a fim de conhecê-la de maneira crítica” (FREIRE, 1980, p. 67). Em síntese: a condição semiintransitiva é a subserviência enquanto silêncio que cala a indignação. Freire compreende, portanto, que uma educação que não fomenta a inserção crítica dos educandos não é senão uma força reacionária.

A educação deve ser uma tarefa de humanização, ou seja, o ato de educar não deve ser um exercício pedagógico que submeta os sujeitos ao conformismo e anulação de seu ser. A educação é deste modo, uma inserção crítica que possibilita ao homem afirmar sua autenticidade. Uma pedagogia de resistência é aquela que “[...] considera os homens como seres em devir, como seres inacabados, incompletos em uma realidade igualmente inacabada e juntamente com ela” (FREIRE, 1980, p. 81). Uma pedagogia da resistência deve suplantiar a visão acomodada e fatalista da realidade. Tal pedagogia, visível na inadaptação, promove a luta contra a inautenticidade e a opressão a fim de construir um mundo que não é de uma realidade diferente desta, mas um mundo que revela a própria humanização do homem.

Conclusão

A educação em Freire é desenvolvida como uma tarefa humanizadora, por excelência. Essa humanização permite a Freire, discutir acerca das estruturas exploradoras que subjugam os homens ao anonimato político, através da crítica da esperança e da resistência. A compreensão freiriana sobre o ato de educar é dialético e conduz à transformação da realidade. A educação, enquanto força capaz de conscientizar os indivíduos tem por finalidade promover a libertação dos homens. Esse é o grande desafio da prática educativo-libertadora: libertar as consciências das percepções fatalistas para a sua emancipação crítica.

A consciência, para o pedagogo da esperança, não é algo capaz de ser exercitado fora da realidade. É necessária uma relação entre pensamento e realidade. É isto o que caracteriza a conscientização: o dever de não somente interpretar a realidade, mas também transformá-la. É por isso que a educação não deve ser um mero exercício de método pedagógico. Ou seja, a ação educativa exige pensamento autêntico e perquiridor. Não é no falatório que o sujeito se compromete com a sua realidade. A autenticidade crítica se identifica com o engajamento. Não é possível uma libertação que esteja limitada ao campo do discurso. Nesse sentido, entendemos que uma prática pedagógica somente se efetiva humanizadora quando se compromete com a história na qual está inserida.

O legado pedagógico-filosófico de Paulo Freire é verdadeiramente libertador. A idéia de inadaptação perpassa toda a sua obra. O indivíduo se torna livre na medida em que compreende a sua existência enquanto uma tarefa. Tal responsabilidade exige constante inquietude e inconformismo. É esse inconformismo que retira o sujeito do amorfismo existencial e da banalidade política. A não adaptação – ação de resistência – é desenvolvida por Freire com um poder capaz fazer com que os homens ultrapassem a condição de mutismo, resignação, acomodamento e derrota. A educação como inserção crítica e resistência objetiva ensinar aos indivíduos que a ausência de sua liberdade não é apenas uma consequência daqueles que os dominam, mas também deles próprios.

Referências

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

KIERKEGAARD, Soren. **Migalhas filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 1995.